



EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ENCONTRO HISTÓRICO E POLÍTICO¹

ALONSO, Marta Caroline Grance Gonçalves²

BARBOSA, Jaqueline Oliveira³

CACHEFFO, Viviane Favareto⁴

Resumo

Este trabalho busca evidenciar o contexto histórico e os dispositivos legais criados para a Educação Infantil no Brasil. Tem como metodologia o estudo bibliográfico e documental a partir de livros, artigos, Leis e Resoluções voltadas para a temática apresentada. Os resultados da pesquisa apontam que a criança, na idade média era considerada como criança em miniatura, o que ocorreu até o século XVII. Com a revolução industrial e a preocupação das famílias acerca da educação dos seus filhos que iniciaram os movimentos para que os pequenos tivessem visibilidades como um ser que precisava de atenção e cuidados diferenciado dos adultos. A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi essencial para a criação de outros documentos que versaram sobre as crianças e a sua forma de ser e aprender, dentre eles foi criado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, um marco para essa etapa de ensino.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil. Marco Histórico. Dispositivos Legais.

Introdução

A Educação infantil passou por diferentes processos durante os séculos. Na idade média, a criança era considerada como adulto em miniatura, considerando que todo o seu comportamento, ações e atitudes eram pautados nos exemplos dos adultos. Somente séculos depois, direcionado pelo capitalismo que atravessava o mundo com a chegada da Revolução industrial junto a preocupação dos pais em como seria a educação de seus filhos, abriu-se diferentes frentes de discussões acerca de como seria o futuro dos pequenos. Por esse caminho,

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Ponta Porã, como exigência para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Ponta Porã.

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Ponta Porã.

⁴ Orientadora - Doutora em Educação - Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campus de Ponta Porã.



esse trabalho se desenvolve em questões que voltam-se tanto para o contexto histórico como para as políticas públicas criadas para beneficiar a educação formal das crianças pequenas.

O objetivo desse estudo é evidenciar o contexto histórico e os dispositivos legais criados para a Educação Infantil no Brasil, cuja metodologia é a pesquisa bibliográfica e documental, que por meio de estudos já realizados e publicados em livros e artigos científicos, bem como em dispositivos legais - Leis e Resoluções - buscam compreender o fenômeno do objeto de pesquisa (Gil, 2008).

Os resultados do trabalho apontam que houve uma grande conquista por parte das crianças desde o século V, dentre outras cita-se a Constituição Federal Brasileira de 1988, em especial o Art. 227, o qual delega a família e ao estado os seus direitos básicos. Além da Carta Magna, atualmente a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispõe de Artigos, parágrafos e Incisos que estabelecem a Educação Infantil, determinando ser essa uma modalidade de ensino. Atualmente, criada em 1998, a Educação Infantil tem o seu Referencial Nacional Curricular próprio, o qual “[...] pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” (Brasil, 1998), sendo, assim, considerada como o sujeito da aprendizagem.

Criança em miniatura ou Sujeito da Aprendizagem?

A história da Educação Infantil, no Brasil, atravessou diversos momentos os quais se entrelaçaram com a história da própria infância e da criança. Conforme ensina La Taille (1990), a criança era considerada na Idade Média, até o século XVII, como adulto em miniatura e executava as mesmas atividades dos mais velhos. Elas possuíam pequena expectativa de vida por causa das precárias formas de vida. A infância tinha curta duração. O importante era a criança crescer rápido e se tornar adulta.

Foi no início do século XVII que surgiram as primeiras preocupações com a educação das crianças pequenas. Essas preocupações foram resultantes do reconhecimento e valorização que elas passaram a ter no meio em que viviam. Mudanças significativas ocorreram nas atitudes das famílias em relação às crianças que, inicialmente, eram educadas a partir de aprendizagens adquiridas junto aos adultos e, aos sete anos, a responsabilidade pela sua educação era atribuída a outra família que não a sua (Almeida, 2002, p. 1-2).

De acordo com Almeida (2002), a partir dos sete anos a criança era colocada em outra família para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, através de aquisição de conhecimentos e experiências práticas. Essa ida para outra casa fazia com que a criança saísse



do controle da família genitora, não possibilitando a criação do sentimento/vínculo entre pais e filhos. Nessa fase, ela já começava a frequentar os mesmos ambientes dos adultos e até mesmo orgias. Não existia traje especial para diferenciar adulto de criança. Havia os trajes que diferenciavam as classes sociais.

A autora ainda afirma que a criança dessa época era considerada diferente do adulto apenas porque sabia menos coisas do que ele, e não como um ser que pensa e vê o mundo de uma maneira singular. Tal concepção da infância começou a mudar a partir do século XVII quando filósofos, dentre eles destacam-se Rousseau, começou a apontar a existência de um mundo próprio da criança, diferente do mundo do adulto. A sociedade começou a perceber que aqueles pequeninos seres tinham um jeito de pensar, ver e sentir com características próprias. Tal fato refletiu-se na pintura, na qual, nesse período, já demonstraram diferentes proporções entre o corpo da criança e o corpo do adulto.

Na sociedade burguesa da Idade Moderna, a criança passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a vida adulta. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação de formas de organização da sociedade. Essa missão é incumbida aos colégios, muitos leigos, abrindo portas para os nobres, burgueses e classes populares. O ensino nessa época era primeiramente para os meninos e somente no início do século XVIII foi direcionado para as meninas (Almeida, 2002).

As instituições destinadas à Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos tiveram início no continente europeu no final do século XVIII. Estas foram criadas para atender às crianças pobres, cujas mães exerciam um ofício e eram exclusivamente educacionais.

Desse modo, essa história foi marcada, em grande parte, por ações que tinham como prioridade a guarda das crianças. Em geral, a Educação Infantil, e em particular as creches, destinavam-se ao atendimento de crianças pobres, nas quais os serviços prestados, poder público ou por entidades religiosas e filantrópicas, não eram consideradas um direito das crianças e de suas famílias, mas sim uma doação que se fazia sem grandes investimentos.

A educação da criança de 4 a 6 anos insere-se nas ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1975, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar. Na área da Assistência Social do Governo Federal outro órgão também se incumbia do atendimento ao “pré-escolar” por meio de programa específico de convênio direto com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que atendiam crianças de 0 a 6 anos das camadas mais pobres da população. O Programa, que previa o auxílio financeiro e algum apoio técnico, foi desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) do então Ministério da Previdência e Assistência Social, desde 1977. A LBA foi extinta em 1995, prevalecendo, no entanto, programa e dotação orçamentária para creche no âmbito da assistência social federal (Brasil, 2006, p. 07).



Nesse longo percurso da história de atendimento à infância, pesquisas e práticas tentaram afirmar a importância de se promover uma educação de qualidade para todos, o que envolve o ambiente construído. A Constituição Federal do Brasil de 1988 representou um grande avanço ao estabelecer como dever do Estado, em parceria com os municípios, garantir a Educação Infantil, com acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas.

Essa conquista da sociedade significou uma mudança de concepção. A Educação Infantil deixava de ser ofertada como forma de caridade e transformou numa grande rede de ensino, ainda que apenas legalmente, em obrigação do Estado e direito da criança. A oferta da Educação Infantil no Brasil aconteceu bem depois da sua criação na Europa. As primeiras instituições brasileiras foram destinadas as crianças pobres e abandonadas. A concepção e as práticas deste momento eram principalmente de proteger as crianças das doenças, com instituições hospitalares criadas e defendidas quase sempre por alguém da área médica (Espíndola, 2006).

A concepção do ensino infantil passou para a assistência social, para alguém que deveria ter um lugar para ficar, tanto as pobres como os filhos de trabalhadores, sendo assim, as instituições foram classificadas como depósito. As propostas que vão ter importância nas políticas educacionais adotadas, fundamentaram-se em programas de educação compensatória, baseada na teoria da privatização cultural.

Em 1924, o Estado publicou o Decreto nº 3.708, que aprovou o regimento interno das escolas maternais nas fábricas, trazendo, concomitantemente, vantagens para os patrões e os trabalhadores, quais sejam: a fixação do operário na fábrica e a possibilidade de as mães trabalharem com eficiência e, ainda, o amparo às crianças durante as horas de trabalho dos pais. Essa foi, portanto, uma das primeiras iniciativas do Estado em relação à responsabilidade pelo cuidado da criança (Espíndola, 2006, p. 110).

Neste sentido, as propostas para a criança de 0 a 3 anos, antes de 1930, apresentam três características básicas: a preocupação com o índice de mortalidade infantil; legislação abordando a criança abandonada e o atendimento dos filhos dos trabalhadores domésticos como também para as crianças advindas da roda dos expostos⁵.

⁵ O nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada.

Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm
Acesso em: 20/08/2023



Oliveira (2005, p. 91) identifica o surgimento da Educação Infantil no Brasil como quase inexistente até meados do século XIX.

No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio, social, eram recolhidos nas "rodas de expostos" existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII.

Foi neste contexto que teve início, no Brasil, a Educação Infantil com prestação de serviços majoritariamente assistenciais às crianças pequenas em creches, asilos e instituições de atendimento infantil. Mesmo em pleno século XX, os objetivos da Educação Infantil para crianças pobres e da elite eram diversos: o objetivo da educação oferecida às crianças pobres é assistencial e às crianças ricas, educacional.

[...] enquanto os filhos das camadas médias e dominantes eram vistos como dignos de um atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, às crianças mais pobres era proposto um cuidado mais voltado para a satisfação de necessidades de guarda, higiene e alimentação (Oliveira et. al., 1992, p. 17).

Nesse caso, a educação proposta para as classes populares tinha como objetivo o assistencialismo ao contrário daquela oferecida aos filhos das classes mais abastadas que tinham o direito ao estímulo de seu desenvolvimento integral.

Nos anos de 1980, começaram a emergir movimentos operários e feministas, reivindicando a melhoria e a ampliação do atendimento educacional. Porém, nessa época, entendia-se que a creche era um direito da mulher que trabalhava, não possuindo, ainda um papel educacional.

Posteriormente, com a crescente inserção da mulher, inclusive da classe média e alta no mercado de trabalho, cresceu a procura por creches por parte de todas as classes sociais, sendo estas de caráter educativo e não mais tão-somente assistencial (Oliveira et. al., 1992), o que possibilitou a criança não mais a categoria de adulto em miniatura, mas, sim, a protagonista da sua história, o sujeito da aprendizagem.

A Educação Infantil na pauta das Políticas Públicas

A Constituição Federal Brasileira de 1988, traz para a criança a garantia dos direitos básicos, delegando a família e ao estado responsabilidades nunca antes prescritos. Diz o Artigo



227 do documento:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p.).

Assim como a própria Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), consideram que a Educação Infantil faz parte da Educação Básica, da mesma forma que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, devendo atender crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas.

Portanto, como alerta Winnicott (1982), a Educação Infantil não deve ser vista como assistência social, mas como uma etapa da educação básica, considerando que a creche e a pré-escola integram as funções de cuidar e educar as crianças ao mesmo tempo.

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que, nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância, será possivelmente considerada, de modo mais correto, uma ampliação da família 'para cima', em vez de uma extensão 'para baixo' da escola primária (Winnicott, 1982, p. 214).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 dá à criança o direito de se educar publicamente, ou seja, ela passa a ter o direito à instituição pública, e tem seus direitos adquiridos desde o momento de seu nascimento, porém, diferentemente do direito à educação familiar e social que adquire com os parentes e amigos. Nesse sentido, a criança passar a ter, a partir desse momento histórico, o direito a garantias fundamentais para o seu desenvolvimento integral, enquanto cidadã em processo de formação.

Ao mesmo tempo em que pertence à família, pertence também a um mundo mais amplo. Nessa perspectiva, a criança deve ser concebida como pessoa, como cidadã que é determinada pelos aspectos históricos, econômicos, políticos e socioculturais do meio em que se insere. É, portanto, um sujeito que tem direito a uma educação de qualidade, saúde, alimentação e moradia para que realmente, possa exercer a cidadania.

Assim, essa constituição determinou que a criança é uma pessoa que dispõe de direitos bem como qualquer outra, passando a ser reconhecida como cidadã que está em desenvolvimento e que necessita de atenção.

Nessa perspectiva, é assegurada à criança uma Educação Infantil com maiores cuidados, que garante a qualidade para o desenvolvimento da formação pessoal e afetiva. Nesse momento,



também, passa a constar nos documentos da constituição as creches e escolas, especificamente no capítulo que se refere à educação, que apresentam um papel primordial no seu desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o direito à Educação Infantil, assim como a Lei de Diretrizes e Bases que a coloca como primeira etapa da Educação Básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, ou seja, devem desenvolver-se nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, sendo que as instituições educativas irão complementar a ação da família e da comunidade.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), a Educação Infantil passou a ser dividida dessa forma: creche - para crianças até 3 anos - e pré-escola de 4 a 6 anos⁶. Essa divisão foi alterada em maio de dois mil e seis, com a Lei Federal nº. 11.114, que define que as crianças com 6 anos completos até dia 30 de março, devem ser matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental. Dessa forma a Educação Infantil passou a atender crianças até 6 anos de idade que completados após o dia 30 de março do ano letivo. Assim, os artigos 6, 30, 32 e 87 da LDB de 1996 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6 – é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches ou equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante [...]

Art. 87 – Inciso 2º - O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de seis anos, a quatorze anos de idade e de 15 a 16 anos de idade.

Inciso 3º - Matricular todos os educandos a partir de seis anos no ensino fundamental (Brasil, 1996, p.11, 26, 58).

A LDBEN foi uma lei de grande importância no cenário educacional brasileiro, pois promoveu um avanço no campo da Educação Infantil, sendo reconhecida como a primeira etapa para a educação básica. Porém, apesar dessa valorização conquistada até o momento, é visível a percepção de que os gestores municipais não a valorizam com tamanha ênfase.

De acordo com o Ministério da Educação, a ampliação de Ensino Fundamental obrigatório para nove anos, a partir dos seis anos de idade, é uma política afirmativa que requer

⁶ A nova legislação educacional prevê a educação infantil até 5 (cinco) anos.



de todas as instituições educativas e de todos os professores o compromisso com a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico para o Ensino Fundamental, bem como e redimensionamento da Educação Infantil.

Na última década muitos foram os avanços registrados nas leis e na implementação de políticas para a Educação Infantil, mas ainda há muito por se fazer pelas crianças pequenas, principalmente no que diz respeito ao oferecimento de creches e pré-escolas que respeitem e atendam às suas necessidades. Propostas estas que devem oferecer condições às crianças de se desenvolverem adequadamente, mediante uma educação de qualidade.

No ano de 1998, o Ministério da Educação (MEC) lançou o documento intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade que promovam o suporte necessário para a conquista da cidadania pela criança. Esse documento visa subsidiar a prática do profissional da educação infantil e apoiar os sistemas de ensino dos municípios e estados no que se refere à implementação dessa política.

De acordo com esse documento, as crianças terão desenvolvimento adequado se a instituição proporcionar segurança, tranquilidade, informações e aprendizagem significativas. Desse modo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) para a Educação Infantil apresenta princípios essenciais para o exercício da cidadania plena pela criança:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças.
- O direito das crianças ao brincar, como forma de particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis.
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação.
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da sua identidade (Brasil, 1998, p. 13).

Nessa perspectiva, a qualidade das experiências oferecidas às crianças, nas instituições de Educação Infantil, segundo o RCNEI, deve estar embasada nesses princípios, sendo que as atividades devem ser oferecidas não só por meio das brincadeiras, mas por situações pedagógicas orientadas.

O Referencial Curricular de Educação Infantil traz como eixo do trabalho pedagógico,

[...] o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. Desta forma, o desafio é a ‘inclusão da diferença’, significando garantir o



atendimento às necessidades básicas, de desenvolvimento intelectual, físico e socioafetivo, garantindo a vantagem na construção do conhecimento, diante dos procedimentos didáticos e estratégias metodológicas corretas, às necessidades de todas as crianças (Brasil, 1998, p. 13).

Esse documento, portanto, foi criado com a intenção de oferecer subsídios às instituições e professores, tendo como objetivo um redirecionamento do trabalho pedagógico para uma melhoria da qualidade de ensino. Assim, tem a característica de orientar o professor no seu planejamento, criando dinâmicas e processos educativos que viabilizem o desenvolvimento da criança, contanto que sigam as intenções educativas pré-estabelecidas pelas leis.

Desse modo, ao se tratar da pedagogia para Educação Infantil percebe-se que esta enfatiza o direito de ser criança, podendo brincar, viver experiências de forma lúdica e o direito de ir à escola e aprender de forma mais sistematizada. Portanto, destaca-se que este caminho busca a superação de uma antiga visão assistencialista existente nas instituições de Educação Infantil.

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas. Assim busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos (Brasil, 2009, p. 7).

Quanto à organização do trabalho pedagógico, na Educação Infantil, entende-se que o princípio básico é proporcionar às crianças o desenvolvimento da autonomia. É dar a ela a capacidade de criar suas regras e entendimentos para que em convivência com outras pessoas, seja capaz de negociar sua convivência com crianças ou adultos.

É evidente que esse comportamento não é importante somente na idade, compreendida entre 0 a 05 anos, e sim pela vida toda, mas a base, o fundamento dessa lógica se processa na Educação Infantil. A autonomia não se desenvolve na Educação Infantil tradicional, mas sim a heteronomia, que deixa a criança dependente das regras criadas pelos adultos. Sendo que nesse modelo pedagógico a criança fica a esperar a ordem do adulto, observando o que se passa ao redor, mas sem tomar iniciativa.

Ao se buscar o desenvolvimento integral e a construção da autonomia infantil, é imprescindível que se deixe de lado esse pedagógico que limita tal desenvolvimento. Entretanto, ao se trabalhar a autonomia, deve-se adotar um modelo pedagógico onde se concede à criança,



liberdade de escolha, oportunidade para vivenciar experiências, tomar decisões e fazer suas descobertas.

Isto não quer dizer que o adulto deve ser um espectador do que está acontecendo, ele deve sim, organizar e criar um ambiente saudável para que a criança tenha a autonomia, mas com organização e lógica. O adulto deve organizar seu trabalho pedagógico dando a criança oportunidades de vivenciar experiências ao mesmo tempo em que participa de maneira ativa do processo de descobrimento e organização de ideias.

Cabe ao professor pesquisar e conhecer como se processa o desenvolvimento infantil e organizar as ideias e atividades que propiciam à criança a chance de conhecer situações diversas pra soluções diversas.

A ideia de que a creche era um local em que as crianças ficavam apenas para serem cuidadas aos poucos vai dando lugar a uma nova concepção. Hoje, mesmo os pais que têm tempo e condições financeiras de manter a criança em casa optam por enviá-la para uma instituição infantil desde cedo, por acreditar que é um espaço privilegiado de desenvolvimento e socialização.

A busca pela qualidade do atendimento na Educação Infantil envolve questões complexas ligadas a políticas públicas, orçamento, implantação de planos de carreira e formação profissional. Apesar das pesquisas demonstrarem que a Educação Infantil está em expansão, a demanda ainda reprimida é enorme, especialmente na faixa até 3 anos.

É preciso reorganizar o espaço, os materiais e o tempo na Educação Infantil. O espaço físico da instituição infantil deve ser acolhedor, aconchegante e seguro e, ao mesmo tempo, promover a aprendizagem adequada à faixa etária. O tempo deve ser flexível, respeitando os ritmos individuais das crianças e de cada fase, considerando as características e as necessidades dos diversos momentos de formação das crianças.

Considera-se, portanto, que a Educação Infantil, a partir do encontro entre o seu histórico e os dispositivos legais específicos pautado por conquistas no decorrer dos séculos, embora ainda seja atravessada por inúmeros desafios, precisa ser muito bem qualificada, pois as Instituições voltadas para o atendimento às crianças de zero a cinco anos são necessárias e indispensáveis na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo desse trabalho que foi “evidenciar o contexto histórico e os dispositivos legais criados para a Educação Infantil no Brasil”, foi possível verificar que o percurso pelo qual as crianças passaram, desde o século V foi atravessado por invisibilidade e



desrespeito. Somente no XVII esse cenário mudou, particularmente nos anos de 1980 quando as mulheres operárias sentiram a necessidade de deixarem seus filhos aos cuidados de pessoas com habilidades educacionais. Embora essa questão já fosse pauta de discussão entre as Universidades, foi a criação de Políticas Públicas voltadas para a criança e para as suas necessidades que impulsionou a abertura de instituições públicas com oferta de cuidado para as crianças. Inicialmente essa oferta tinha cunho assistencialista, em que as “tias” apenas assumia a responsabilidade de cuidadora.

Foram as diretrizes específicas para a Educação Infantil que mudou esse quadro colocando a criança não somente com aquela que recebe o cuidado físico, como por exemplo: o banho, a alimentação, o sono e outros, mas, sim, como um sujeito que aprende, se desenvolve, tem potencialidades a serem estimuladas e desenvolvidas.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, O. A. **A educação Infantil na história:** a história na Educação Infantil. Palestra proferida no 14º. Congresso Brasileiro de Educação Infantil-OMEP/BR/MS, realizado no Palácio popular da cultura, em Campo Grande/MS, nos dias 10 a 13/07/2002.

BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil.** São Paulo: [s.n], 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996).** Brasília: 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998a. vol. 1.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p.

ESPÍNDOLA, A. L. **História da Educação:** Em três momentos da História do Brasil: Período Colonial, Período Imperial e Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2006. 120p.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

LA TAILLE, Y. Transmissão e construção do conhecimento. In. São Paulo (Estado) Secretaria de Educação. Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas. **A Criança e o Conhecimento:** retomando a proposta do ciclo básico. São Paulo: SE/ CENP, 1990.

OLIVEIRA, Z. M., (et al.) **Creches: crianças, faz de conta & cia.** Rio de Janeiro: Vozes,



1992.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Trad. Álvaro Cabral. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.